XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Apoio e alianças de classe à política para o ensino superior no governo lula.

Patrícia Vieira Trópia.

Cita:

Patrícia Vieira Trópia (2009). *Apoio e alianças de classe à política para o ensino superior no governo lula. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-062/2033

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

Apoio e alianças de classe à política para o ensino superior no governo lula

Patrícia Vieira Trópia,
Universidade Federal de Uberlândia,
tropia@uol.com.br

Uma das estratégias político-ideológicas utilizadas pelos governos no processo de construção da hegemonia neoliberal tem sido a apropriação de históricas bandeiras defendidas por setores progressistas. Este é o caso da crítica ao caráter elitista das universidades públicas brasileiras. Não obstante, ao aludir aos supostos privilégios do ensino universitário público no Brasil, os ideólogos neoliberais, longe de buscar sua real democratização, pretendem ocultar – por meio de ações pretensamente inclusivas e desenvolvimentistas – a natureza perversa e regressiva de suas propostas e, sobretudo, atrair o apoio dos setores populares. Na luta ideológica e teórica é preciso decifrar os interesses em jogo e os reais alcances das políticas, sob pena de apoiarmos mudanças e reformas que justamente reforçam e aprofundam as características mais negativas e perversas, que se esperava superar.

O objetivo deste texto é analisar a política para o ensino superior no governo Lula (2002-2007) como a resultante de um processo de alianças e embates de classes e frações de classes no Brasil, na atual fase do capitalismo.

A política para o ensino superior do governo Lula

A política do governo Lula para o ensino superior iniciou-se com a constituição de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), encarregado de analisar a situação do ensino superior no País e apresentar um plano de ação (OTRANTO, 2002). O diagnóstico realizado pelo grupo acerca

da educação superior, em especial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), era catastrofista, dada a crise fiscal do Estado e a suposta incapacidade do Estado brasileiro de realizar novos investimentos. Esta crise não se restringia apenas às IFES, mas também às instituições privadas, que, em função da expansão recorde durante o governo FHC, naquela conjuntura se encontravam "ameaçadas pelo risco de uma inadimplência generalizada" (CARVALHO, 2006, p.5) e pela crescente desconfiança em relação à qualidade da formação e aos diplomas.

Disseminando o discurso sobre a necessidade de justiça social e de democratização do ensino superior, o GTI apresentaria as seguintes soluções para enfrentar a crise: a criação de um programa emergencial de apoio ao ensino superior, especialmente às universidades federais, e a realização de uma reforma universitária mais profunda. Segundo Otranto (2004), esta reforma passaria pela ampliação do quadro docente e de vagas para estudantes, educação a distância, autonomia universitária e mudança na política de financiamento (contenção de gastos com folha de pagamento e a entrada de recursos privados na IES).

Apoiado naquele diagnóstico, o governo Lula implantou um conjunto de ações políticas, a maioria das quais por meio de medidas provisórias. Tais ações foram: a instituição do Programa Universidade para Todos (ProUni), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a Lei de Inovação Tecnológica, a Educação à distância, as Parcerias Público-Privadas, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a criação da Universidade Aberta, a criação do Programa de Reestruturação das Universidades (REUNI).

As duas principais linhas ideológicas utilizadas pelos membros do governo Lula na legitimação destas ações foram: a suposta falência e o elitismo do atual modelo de universidade pública, bem como a necessária democratização do acesso ao ensino superior. Porém, quais os reais interesses das classes e frações de classe naquelas ações?

O ensino superior e as classes e frações de classe em disputa

Como as diferentes classes e frações de classe apóiam, assimilam ou rejeitam as políticas do governo Lula para o ensino superior? Para responder a esta questão, analisaremos algumas orientações e posições das frações da burguesia, das classes médias e dos setores populares sobre a política em curso para o ensino superior.

O ensino superior e os interesses da fração financeira do capital

A fração financeira do capital tem se beneficiado duplamente pela política neoliberal. Por um lado, esta fração da burguesia, que havia se beneficiado com a política de abertura econômica, redução de gastos sociais, privatização de empresas e serviços públicos e desregulamentação das

relações de trabalho (flexibilização na contratação e reforma da previdência), implementada durante o governo FHC (BOITO Jr., 1999), tem seus interesses gerais preservados com a atual política econômica do governo Lula, com ênfase na produção de superávit primário para pagamento da dívida externa. Representada pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial, esta mesma fração do capital procurou submeter os países periféricos e endividados às políticas de ajuste estrutural, vale dizer, políticas econômicas que viabilizaram a abertura econômica e o aumento da dependência da Brasil (LEHER, 1998). Por outro lado, o capital financeiro se beneficia, ademais quando, desde 1990, alguns programas e ações, derivados de políticas educacionais, dependem, para se viabilizar, de acordos e contratos de empréstimos com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) ao País – o que exemplifica a função propriamente financeira do BID, quase sempre travestida de "apoio ao combate à pobreza" (DEITOS, 2005). Segundo Silva (2002), no período 1987-1994, os empréstimos realizados pelo Banco Mundial para a educação passaram de 2% para 29% do total. Na esteira deste desenvolvimento passam a ser criadas instituições financeiras privadas, voltadas exclusivamente para o setor educacional, bem como se observa o crescimento de linhas de crédito e financiamento para alunos (para pagamento de mensalidades) e professores (antecipação ou pagamentos de salários) – o que evidencia que esta fração ganha com os efeitos mais perversos da expansão de vagas e das próprias IES particulares.

A força do capital financeiro na educação se expressa por meio de recentes fusões e da participação do setor educacional no mercado acionário. Tem aumentado a presença de grandes fundos de investimento, os quais disporiam de cerca de R$ 3 bilhões para serem aplicados no setor educacional no país, segundo dados publicados pelo jornal Valor Econômico (ALMEIDA, 2008). Quatro redes nacionais de educação superior "abriram seu capital e passaram a negociar ações na Bolsa de Valores (Bovespa) – Anhanguera, Estácio de Sá, SEB [Sistema Educacional Brasileiro, Rib. Preto, SP] e Kroton" (SGUISSARD, 2008).

O ensino superior e os interesses da nova burguesia de serviços

A burguesia de serviços não é uma fração do capital que seja nova no Brasil, mas ela vem crescendo desde a ditadura militar. Com o advento do neoliberalismo, esta fração se expandiu, sobretudo a partir de 1995. Como a origem da nova burguesia de serviços está, em grande medida, no capital comercial, este segmento tende a conceber o ensino superior como mera mercadoria, como mero valor de troca.

A nova burguesia de serviços no campo da educação cresceu com a política neoliberal de redução de gastos sociais e de privatização, assumindo, portanto, funções sociais relegadas pelo Estado. Esta fração do capital está organizada em torno do Fórum Nacional da Livre iniciativa na

Educação. Este Fórum congrega 25 entidades representativas do setor educacional privado com o objetivo de influir na reforma da educação superior. Dentre os documentos publicados pelo Fórum, um, especialmente, reflete as concepções e os objetivos imediatos deste segmento das classes dominantes. O documento intitulado "Agenda Positiva", de julho de 2005, encaminhado ao MEC pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP), propunha a alteração de vinte e quatro pontos que estariam estrangulando o setor privado.

A análise crítica do documento "Agenda Positiva" permite-nos compreender que as expectativas e os interesses imediatos deste segmento, frente à política para o ensino superior, estão voltados à redução da esfera de intervenção do Estado no ramo educacional. Esta fração do capital focaliza sua crítica, sobretudo, à função reguladora do Estado brasileiro, em particular do Ministério da Educação.

Entretanto, é preciso considerar que esta crítica à política do governo Lula é pontual e ideológica. Este segmento tem se beneficiado com taxas de lucro nada desprezíveis. No Brasil, o setor educacional movimenta por ano cerca de R$ 15 bilhões, com margem de lucro líquida que variou nos últimos anos entre 18% e 7,7% ao ano (FOLHA DE S. PAULO, 2006).

Apontada como um dos entraves ao aumento da lucratividade do setor, a intervenção estatal por meio de regulamentações é considerada nefasta. Mas, esta posição não é doutrinária; na realidade ela oculta que a "livre iniciativa econômica" nunca pode, nem poderá jamais, sobreviver sem o intervencionismo estatal que, no limite, defende a propriedade privada, sanciona e pune os "maus pagadores", entre outros instrumentos legais. Por sua vez, a nova burguesia de serviços, tanto quanto pode e logo que se viu em apuros diante do aumento da inadimplência, aderiu ao ProUni, buscando, nos cofres públicos, um incentivo à livre concorrência.

O ensino superior e os interesses da burguesia industrial

O outro segmento da burguesia nacional interessado na reforma é a burguesia industrial. A burguesia industrial nacional tem, não obstante, uma concepção algo diferenciada sobre as funções do ensino superior. Esta fração não aceita a privatização total da educação superior. A burguesia industrial nacional tem procurado pressionar os governos nacional e estadual pela manutenção das universidades públicas de excelência – os centros de excelência – para produção de Ciência e Tecnologia para o país, como uma forma de atender aos seus interesses imediatos – ou seja que a universidade produza ciência e tecnologia para a produção. Esta demanda da burguesia industrial não é recente. A criação do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), em 1969, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), teve por objetivo "promover a integração universidade-indústria" (Rodrigues,

2007:34). Criado a partir da recomendação do Grupo de Trabalho da reforma universitária de 1968, o IEL procurou induzir os interesses da burguesia industrial nas universidades brasileiras, por meio da formulação do perfil técnico profissional e de investimentos diretos em pesquisas científicas e tecnológicas. Desde então, esta dupla estratégia tem se mantido. Rodrigues (2007) analisa algumas publicações do IEL, onde são expressas as concepções e preocupações dos industriais brasileiros com o ensino superior. Dentre tais preocupações está a avaliação de que o atual modelo de universidade pública constitui um entrave à competitividade. Mas, o que interessa à burguesia industrial não é o fim do modelo de universidade pública, ao contrário do que apontam os representantes da burguesia de serviços e da burguesia financeira. À fração industrial interessa a manutenção da universidade pública de pesquisa, porém subordinada aos interesses da indústria. Neste sentido, é criticada a transferência irresponsável de recursos públicos para quaisquer particulares. Defende-se que o repasse de recursos às universidades de excelência, isto é, àquelas voltadas à produção de ciência produtiva e tecnologia, esteja subordinado à garantia de participação direta das empresas no processo de decisão sobre alocação dos recursos. E, o aspecto que mais chama atenção é a escolha do parceiro preferencial da burguesia industrial: as instituições públicas.

Assim, se para a nova burguesia de serviços a mercantilização da educação é um fim em si mesmo, para a burguesia industrial a educação superior é um meio, uma forma estratégica de buscar a valorização do capital pela via da produção de "alguma ciência", de novas técnicas e tecnologias.

O ensino superior e os interesses das classes médias e setores populares

Nossa hipótese é a de que a política para o ensino superior tem o apoio de algumas frações da classe média. A criação do programa "Universidade para todos", apesar de focalizado, baseado na compra de vagas em universidades particulares em troca da isenção fiscal – seja das IES sem fins lucrativos (isenção fiscal), seja as denominadas filantrópicas (isenção previdenciária) – tem atraído aqueles segmentos das classes médias excluídos historicamente das universidades públicas. Tomemos a posição de duas entidades de classe média em relação à política do governo Lula para o ensino superior: a UNE – União Nacional dos Estudantes – e o MSU – Movimento dos Sem Universidade.

Embora tenha como tônica a defesa da expansão do ensino superior público, o Movimento dos Sem Universidade apóia a política do ProUni e a de cotas. O ProUni "é uma idéia e conquista do MSU" afirmam seus dirigentes. O MSU surgiu em 2000, vinculado aos cursinhos populares, alguns deles articulados ao movimento estudantil. É plausível supor que a condição de classe média de seus integrantes, aliada à influência católica, ajudam a explicar os limites deste movimento social.

Teoricamente, o MSU defende uma perspectiva culturalista, típica da abordagem pós-moderna sobre os novos movimentos sociais.

Por sua vez, a União Nacional dos Estudantes tem funcionado como classe-apoio à proposta de "reforma universitária" do governo Lula. É possível dizer que, além do apoio, a UNE portou-se como entidade militante e de convencimento ideológico em torno dos benefícios da proposta de reforma universitária. Por meio da "Caravana da UNE pelo Brasil", os dirigentes da entidade percorreram o país e difundiram os supostos pontos positivos da reforma: a regulamentação do ensino privado, com foco nas mensalidades, ampliação de vagas públicas, garantia de mais verbas do orçamento federal da educação para o ensino superior público e a destinação de mais recursos para a assistência estudantil. Embora critiquem a mercantilização da educação superior, por meio da campanha "Nossa educação não está a venda", esta crítica está centrada no risco à desnacionalização da educação.

A presente política, como dissemos, encontra o apoio de algumas entidades representativas das classes médias. Mas, as razões que levam as frações da classe média a convergir no apoio à política para o ensino superior são bastante distintas. Enquanto a baixa classe média – que se encontra em uma situação de desvantagem na concorrência pelas vagas nas universidades públicas e, por isso, anseia pela justa ampliação do ensino superior – tem uma posição ambígua – ora de apoio à ampliação de vagas nas instituições públicas, ora de apoio à expansão de vagas nas particulares – seja por interesse imediato, seja por ressentimento de classe –, a alta classe média apóia a presente política para o ensino superior, justamente por que ela dualiza, e neste sentido, distingue, a seu favor, os diplomas, o que, de resto, lhe garante as melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Até aqui, evidenciamos que o apoio das frações da burguesia e das classes médias à política para o ensino superior do governo Lula é um apoio interessado. Mas quais seriam as razões do impacto desta reforma entre os setores populares?

Uma das razões do impacto desta reforma entre os setores populares, inclusive os organizados, é o ProUni. Seus defensores procuraram e tiveram êxito ao difundir que o ProUni era a mais democrática e revolucionária das propostas para o ensino superior. Souberam, ao mesmo tempo, minimizar o fato de que este programa repassa recursos públicos de monta para as instituições privadas, por meio de isenção fiscal. Neste processo de difusão e ocultação, os defensores do ProUni atraíram mesmo aqueles que, enquanto classe, dele não se beneficiam. É possível verificar que jovens negros, pobres, moradores das periferias das cidades são pinçados às IES públicas por meio da política de cotas e às IES particulares por meio do ProUni. Mas disso não

se pode concluir que, com tais políticas, esteja em curso uma mudança na natureza de classe do ensino superior brasileiro.

A bandeira da democratização do ensino, por meio do ProUni, também atraiu os setores operários organizados. A posição de cinco centrais sindicais – CUT, CGT, Força Sindical, CGTB e CAT – está expressa no documento intitulado "Ensino para Todos! 50% para as públicas". Segundo seus signatários, "concordamos com a proposta, já prevista em lei, de transformar os 20% das vagas das universidades privadas isentas de tributos, em bolsa integral para alunos provenientes da escola pública e de famílias de baixa renda, como medidas emergenciais na ampliação do acesso" (BRASIL/MEC, 2004). Jorge Venâncio, coordenador de alfabetização da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), afirmou, durante um seminário realizado pelo MEC com as entidades sindicais, que a reforma da educação superior deve fazer com que os trabalhadores tenham presença mais expressiva nas universidades. Para ele, "o sistema de cotas vai revolucionar o meio universitário, pois vai permitir a entrada em massa de alunos das classes mais pobres" (BRASIL/MEC, 2007). A expectativa de acesso dos setores populares ao ensino superior é justa. Mas, a crença na democratização social por meio do ProUni e na neutralidade da reforma universitária é questionável. Não causa espanto se esta posição é defendida por uma central como a Força Sindical, historicamente identificada com o neoliberalismo e com a visão de parceria entre capital e trabalho. Mas, quando entre signatários e apoiadores do documento está a CUT, há que se perguntar: quais as razões deste apoio?

A participação de lideranças da CUT em campanhas publicitárias de algumas IES particulares leva-nos a algumas conclusões que extrapolam o terreno da investigação científica. Mas, à parte o denunciado processo de cooptação de lideranças sindicais pelo governo Lula, há que se considerar aquilo que enunciamos na introdução deste trabalho. O neoliberalismo tem se utilizado, de forma habilidosa, de algumas históricas bandeiras progressistas para lograr seus objetivos. Ao aludir aos privilégios do ensino superior brasileiro e propor, como forma de confronto a estes privilégios, políticas que estimulam a expansão do ensino privado, a "privatização branca" do ensino público, o estreitamento entre universidade e empresa, o governo Lula não enfrenta as reais causas da existência de um histórico sistema elitista e utilitarista. Este governa estimula o ressentimento de classe e, ao fazê-lo, sela um quadro de dominação ideológica, complexo e politicamente eficaz.

Considerações finais

Procuramos analisar neste texto os interesses políticos e ideológicos que estão ocultos nas várias ações que compõem a política para o ensino superior do governo Lula. Procuramos,

também, evidenciar que a proposta de reforma do ensino superior encontrou – apesar dos conflitos inerentes a esse processo – forças aliadas (burguesia financeira, nova burguesia de serviços e burguesia industrial) e forças apoio (classes médias e alguns setores populares). O cenário apresentado é, portanto, muito adverso às forças sociais contrapostas. Mas, estas forças sociais – setores do movimento estudantil que fazem hoje oposição à direção da UNE, a Coordenação Nacional de Lutas, setores organizados do funcionalismo público federal e estadual resistentes ao desmonte da universidade pública e entidades educacionais – têm lutado no plano teórico e político contra a política para o ensino superior do governo Lula. Estas forças, ainda que minoritárias, têm procurado denunciar o caráter regressivo das reformas em curso, bem como mobilizar estudantes, professores, funcionários públicos, em geral, e demais segmentos sociais em torno de uma tarefa política tão difícil, quanto necessária: barrar o processo de privatização do ensino superior e de desmonte do modelo universitário público brasileiro, do qual somos todos, direta ou indiretamente e apesar de suas contradições, devedores.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Edison Pinto. "O negócio da escola de marca". Jornal Valor Econômico, 11/07/2008.
- BOITO Jr., Armando. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. São Paulo, Xamã Editora, 1999.
- BRASIL, Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.
- BRASIL, Ministério da Educação. "Reforma do ensino superior recebe contribuições de centrais sindicais". Publicado em 20/10/2004. < HYPERLINK "http://mecsrv04.mec.gov.br/reforma/Noticias_Detalhe.asp?Codigo=7256" http://mecsrv04.mec.gov.br/reforma/Noticias_Detalhe.asp?Codigo=7256>, cnsultado em 15/11/2007.
- BRASIL, Ministério da Educação. "Ensino para Todos! 50% para as públicas". Publicado em 9/07/2004. < HYPERLINK "http://www.educacao.gov.br/reforma/Documentos/DOCUMENTOS/2004.7.23.15.15.56.pdf" http://www.educacao.gov.br/reforma/Documentos/DOCUMENTOS/2004.7.23.15.15.56.pdf>, consultado em 15/11/2007.
- CARVALHO, Cristina Helena de Almeida, "Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado". XXIX Encontro Anual da ANPED, Caxambu, 2006, p. 5.
- DEITOS, Roberto Antonio. O capital financeiro e a educação no Brasil. Tese de Doutorado, Campinas, 2005.
- FOLHA DE S. PAULO. "Com lucro em queda, universidades mudam". São Paulo, 05 de fev. 2006.

- FÓRUM NACIONAL DA LIVRE INICIATIVA NA EDUCAÇÃO. “Agenda Positiva”, 7 de julho de 2005. < HYPERLINK "http://www.forumdeeducacao.org.br/documentos/documentos.asp" http://www.forumdeeducacao.org.br/documentos/documentos.asp>, consultado em 15/12/2007.

- OTRANTO, Célia Regina. “A reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação”. XXVI Encontro Anual da ANPED, Caxambu, 2002.

- _____ “Desvendando a política da educação superior do governo Lula”. Revista Universidade e Sociedade, ano XVI, nº 38, jun. 2006, p.18 a 39.

- RODRIGUES, José. Os empresários e a educação superior. Campinas. Autores Associados, 2007.

- SGUISSARDI, Valdemar. Universidade pública estatal: entre o público e privado/mercantil. Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 90, p. 191-222, 2005.

- SILVA, Maria Abádia da. Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: Fapesp, 2002, p. 102.